

OLHARES NEGROS: a prática pedagógica como luta e resistência

Sônia Oracilio Duarte

Resumo: O presente texto coloca para reflexão temas referentes a educação para as relações étnico-raciais e a formação da identidade negra no espaço escolar. Partindo deste contexto o artigo retoma algumas linhas gerais da lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, buscando retratar a instituição escolar como um local de desconstrução de preconceitos e de transformação para a valorização da identidade negra. Para retratar a importância desta lei nas escolas, segue-se com um relato de experiência de uma Equipe Multidisciplinar.

Palavras- chave: Identidade Negra, Espaço Escolar, Equipe Multidisciplinar.

Abstract: The present text proposes topics of reflection related to the education for the ethnic-racial relations and the formation of the black identity in the school space. From this context, the article reproduces some general lines of Law 10.639 / 03, which establishes the obligation to teach Afro-Brazilian and African history and culture in public and private primary and secondary schools, seeking to portray the school as a place of teaching. deconstruction of prejudices and transformation for the valorization of black identity. To portray the importance of this law in schools, it follows an account of the experience of a multidisciplinary team.

Keywords: Black Identity, School Space, Multidisciplinary Team

1 INTRODUÇÃO

A luta pela igualdade é uma prática constante em determinados espaços da sociedade, na instituição escolar essa busca não é diferente. Acreditando ser esse o caminho da felicidade geral, incorre-se no erro de uniformizar a todos, desconhecendo sua identidade, suas práticas e sua cultura. A sociedade precisa compreender que ser diferente é muito bom, e para que essa igualdade seja alcançada é necessário valorizar as diferenças. Neste processo de busca da equidade, a instituição escolar precisa valer-se das várias possibilidades e tornar-se capaz de produzir e disseminar o reconhecimento da diversidade.

Muito se tem discutido acerca dos conceitos de identidade e cultura. Para fins desta pesquisa ainda que de forma superficial, apresenta-se discussão realizada por Gimenez (2009) no artigo “Cultura, identidad y memoria: Materiales para una sociología de los procesos culturales en las franjas fronterizas”, no qual o autor faz uma articulação entre os conceitos de cultura, identidade e memória a fim de compreender como estes elementos se articulam em regiões de fronteiras. Gimenez (2009) argumenta que o conceito de cultura por ele utilizado é o que foi proposto por Geertz em 1973, a partir do qual a cultura passa a ser entendida como algo socialmente estabelecida.

A cultura de uma sociedade compreende tanto aspectos intangíveis como crenças, ideias e valores como os aspectos tangíveis dos quais irão formar um contexto comum em que os indivíduos numa sociedade vivem. Os valores e normas de uma sociedade podem variar muito de acordo com suas culturas, e mesmo dentro de uma sociedade ou comunidade esses valores podem ser contraditórios, alguns grupos ou indivíduos podem valorizar crenças religiosas tradicionais, enquanto outros podem enfatizar o progresso e a ciência, por exemplo. Nesse sentido, segundo Gimenez (2009, p. 10) a cultura “nunca deve ser entendida como um repertório homogêneo, estático e imodificável de significados. Pelo contrário, pode ter algumas vezes ‘zonas de estabilidade e persistência’ e ‘zonas de mobilidade’ e cambio”. Para o autor devido a complexidade do conceito de cultura, é necessário para sua compreensão a sua fragmentação, delimitando-se muito bem o contexto do qual se identifica dada cultura.

Outro conceito analisado pelo autor é o de identidade, o qual também é multifacetado e pode ser abordado de inúmeras formas. De modo geral a identidade se relaciona ao conjunto de compreensão que as pessoas mantêm sobre quem elas são, e sobre o que é significativo para elas. A identidade pode ser abordada em relação ao gênero; pode ser definida a partir da religião que se professa; pode ser construída e geralmente é com a contribuição da atividade profissional que uma

Koan: Revista de Educação e Complexidade, n. 6, jun. 2018. ISSN: 2317-5656

pessoa exerce; está intimamente ligada ao grupo étnico ao qual pertencemos, o que inclui outras categorias como língua, costumes etc.

Há dois tipos de identidade frequentemente mencionados: a identidade pessoal (individual) e a coletiva. Essas formas de identidade são analiticamente distintas, mas estão intimamente relacionadas. Enquanto a identidade individual refere-se ao processo de negociação constante do indivíduo com o mundo exterior, ajudando a criar e a moldar o sentido de si mesmo, a identidade coletiva refere-se às características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros, pode ser vista como marcadores que indicam, num sentido estrito quem essa pessoa é. Ao mesmo tempo, em que relação aos outros indivíduos que compartilham do mesmo atributo.

Portanto, a identidade contém elementos que é 'socialmente compartilhado' resultante de sua pertença ao grupo e outros coletivos, e os que são 'individuais'. Os primeiros destacam as semelhanças, enquanto os últimos enfatizam a diferença, porém ambos se relacionam estritamente para constituir uma identidade única, ainda que multidimensional, do sujeito individual. (GIMENEZ, 2009, p. 13).

Acerca da memória, Gimenez (2009) pontua que esta também pode ser individual e coletiva, e que a ligação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta destes elementos para se autossustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo. A partir da memória coletiva é que a cultura poderá manter-se em oposição aos outros grupos. Por fim, o autor ainda pontua que em lugares de fronteira a identidade cultural não será menos coesa como alguns teóricos pensam, pelo contrário a necessidade de se afirmarem frente aos outros grupos os coloca em constante manutenção e afirmação cultural.

Nesse sentido, as festas funcionam como motivadoras da perpetuidade cultural, assegurando o seu espaço de influência e ação "delimitam fronteiras", fronteiras essas que são muitas vezes suplantadas pela relação intra e interespecífica que cada manifestação cultural tem enfim são meios de integração com a ambiência social. No entanto, a maior contribuição das festividades está alicerçada no tripé conservação, preservação e proteção, ou seja, a conservação da cultura, a preservação dos valores étnicos e a proteção do território a partir da afirmação da identidade social. A partir dessas exposições, ainda que superficiais

pode-se traçar um panorama contextual para compreender a inserção do negro na sociedade brasileira. Ao se entender que a identidade é acionada em oposição ao outro e pelo olhar do outro bem como, a partir do momento que esse outro olha é atributo do olhar que contribui para o grau de autoestima de qualquer indivíduo, seja ele branco ou negro.

No Brasil historicamente se vê por meio de vários mecanismos de exclusão, a negação da cultura e identidade negra desde o século XIX com teorias de orientação racistas a construção identitária negra teve alguns impactos. Assim a afirmação da identidade negra não se deu de forma tranquila e fácil, de modo que ainda hoje se encontra em processo de construção. Este processo é permeado de debates via movimentos sociais, controversas e ações afirmativas como, por exemplo, as políticas de cotas raciais que não encontram consenso, inclusive entre setores de movimentos de afirmação racial negra.

A Escola enquanto Transformação

Sabe-se que a sociedade brasileira enfrenta grandes obstáculos quanto a desconstrução dos preconceitos, das ideias racistas que perduram por tanto tempo. A participação da população negra na história brasileira é marcada pela invisibilidade e inferioridade, um grupo sociologicamente tratado como minoria. Diante disso, a escola não pode se omitir por mais tempo deste processo de transformação, uma vez que no campo educacional ela assume proporções ainda maiores, pois sua função é a formação de indivíduos que irão reproduzir e reforçar seus ensinamentos.

A exclusão nas escolas lança as sementes do descontentamento e da discriminação social, haja vista que nega o direito fundamental de cidadania. A compulsão existente para padronizar, eliminar as diferenças, deveria ser substituída por um enfoque igualmente insistente em se fazer uso dessas diferenças para melhorar as escolas. Quando as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos, o que acaba aumentando o conflito social. É importante que o professor tenha lucidez para trabalhar a temática, revendo os conteúdos e adequando-os de acordo com a realidade escolar.

Neste caso, a necessidade de se fazer um exame crítico das práticas educativas e dos valores adotados no contexto escolar contribui para a análise da construção de uma *pedagogia da possibilidade*. Mais ainda, como a Escola deve ser situada sob um espaço, ela deve demarcar um processo de construção de identificação, valores, vivências culturais. Assim, nesse momento verificamos que tanto a visão quanto a prática pedagógica devem enxergar-se de modo que uma veja na outra suas semelhanças e suas diferenças. No que se refere ao ambiente escolar, tal visão deve não condizer com práticas discriminatórias e nem com a crença em um padrão único de comportamento, de ritmo, de aprendizagem e de experiência.

Na instituição escolar essa ideia deve ser refletida e fundamentada na ética, no entendimento de preceitos jurídicos, em conhecimentos acumulados de história, geografia, em noções e conceitos da antropologia, da sociologia, dos movimentos sociais, da psicologia e de aspectos referentes a estudos populacionais.

O advento da Lei n.º 10.639/03 foi um grande passo. A seguir, a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, foi um mergulho de cabeça na questão, estabelecendo passos, ritmos, princípios e programas. Considerando as pressões anti-racistas e legítimas dos movimentos sociais negros, Estados e municípios brasileiros estão promovendo ações no sentido de garantir uma educação que se pautar pelo respeito à diversidade étnico-racial dos alunos, em especial pela valorização da história e cultura negra no Brasil. Preenchendo, dessa forma, uma lacuna na formação escolar de nossas crianças e jovens, propiciando o resgate de sua identidade étnico-racial. A identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência. É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação (Munanga, 1999).

Nesse sentido, refletir sobre a escola e a diversidade étnico-raciais significa reconhecer as diferenças, respeitá-las e colocá-las na pauta das reivindicações, no cerne do processo educativo. Para tanto, as determinações legais buscam cumprir e propor ações de combate ao racismo e a discriminações.

A adoção de políticas de ações afirmativas destinadas ao segmento negro tem estimulado práticas e experiências no espaço escolar, visando incentivar e

Koan: Revista de Educação e Complexidade, n. 6, jun. 2018. ISSN: 2317-5656

possibilitar referências positivas às crianças e aos jovens negros. A inclusão da cultura e história afro-brasileira e africana nos currículos escolares exige dos professores(as) uma boa vontade e compromisso para ser implementada. É importante ressaltar, de acordo com a Profa. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, relatora das Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que uma das metas a ser pensada é a qualificação de professores(as) para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas(2004). De acordo com o parecer 03/04, as condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

Faz-se urgente à revisão dos currículos a fim de adequá-los a lei; a qualificação dos professores da educação infantil, fundamental, médio e superior e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico para trabalhar com a educação das relações étnico-raciais, pois o racismo /preconceito são atitudes, manifestações, pensamentos complexos que foram e vêm sendo engendrados pelo imaginário racista, com objetivos tão perversos quanto ardilosos.

Para o conjunto dos sujeitos sociais, que vê sua própria identidade étnico-racial comprometida socialmente, o estereótipo a respeito do negro se constitui em desafio a ser superado como contribuição ao resgate de sua identidade. Ao mesmo tempo, coloca-se como necessário reconhecer que a construção identitária do negro está inscrita nos processos de transformações dos preconceitos e racismos na sociedade brasileira. São eles, e a partir deles, que se torna possível compreender os sinais que apontam para que novas relações étnico-raciais se consolide no imaginário social.

É necessário contribuir neste esforço de superação, através de estudos que esclareçam como as representações sociais interferem nos processos de reconstrução de identidades do grupo étnico-racial negro no espaço escolar. Em especial, porque, através das lutas por reconhecimento social, por cidadania e

Koan: Revista de Educação e Complexidade, n. 6, jun. 2018. ISSN: 2317-5656

direitos de ser negro, descobrimo-nos no mesmo jogo de formulação daquele imaginário.

A análise e reflexão sobre os grupos marginalizados e sobre a compreensão que sua história e suas concepções de mundo e de vida social podem nos trazer, aliada a discussão em torno da diversidade étnico-racial e da pluralidade cultural e dos modos de relacionamento que a sociedade e o Estado nacionais oferecem às esses grupos, constituem um campo propício para pensarmos a educação que queremos.

Alguns dos maiores desafios políticos e sociais da atualidade serão, com certeza, a reelaboração de procedimentos e noções que garantam, aos cidadãos e aos povos, tanto o direito à igualdade quanto o direito à diferença. É o convívio na diferença que nos afirma a possibilidade e a análise das condições necessárias para estabelecermos relações mais construtivas entre os diversos segmentos da população brasileira, visto como processo marcado pelo conhecimento mútuo, pela aceitação das diferenças, pelo diálogo.

A Experiência na Equipe Multidisciplinar

Educar para as relações étnico-raciais não é uma atividade fácil, pois não cabe somente ao processo educacional essa tarefa, mas a todos os que buscam a transformação da realidade existente.

Para auxiliar neste processo de construção de uma cultura escolar que valorize e respeite a diversidade, surge as Equipes Multidisciplinares, que objetiva a união dos profissionais da escola, alunos, e a comunidade entorno se debrucem sobre este aspecto. A Equipe Multidisciplinar é descrita no Portal do Dia a Dia Educação (2019) como

[...] Espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei nº 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

Toda escola paranaense possui uma equipe, as quais realizam atividades durante o ano letivo pautado em um documento norteador elaborado pela Secretaria de Estado da Educação, visando contemplar o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena a com ações que reconheçam a diversidade étnico-racial.

O trabalho planejado e que constam nos planejamentos dos docentes devem ser desenvolvidos durante o ano letivo e culminar na produção de um Seminário na semana da Consciência Negra.

Para o período letivo de 2018, tive a experiência de coordenar essa equipe, o que de início foi complicado, devido à resistência de alguns professores em se reunir e discutir as temáticas propostas. Apesar dos obstáculos iniciais o grupo rendeu muito durante o ano e o envolvimento enquanto coordenadora foi muito maior, uma vez que as dificuldades que os discentes negros passam, eu como mulher negra também passei. Por isso a compreensão dos anseios, das dúvidas e do reconhecimento dos preconceitos velados por eles sofridos no espaço escolar e fora dele foi muito maior.

Dentre as várias atividades desenvolvidas, será relatada aqui a de valorização da beleza negra. Desde o momento que uma pessoa se autodeclara negra passa a se conhecer, além de se identificar com outros na mesma pertença.

De acordo com Gomes (2003, p.171).

É nesse sentido que entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade.

Ao entender a educação como um ato político, pode-se afirmar que ela não é neutra, por isso assume um grande poder de transformação, de fazer pensar e atuar no processo de consolidação desta identidade. Portanto ao realizar as atividades com os alunos do ensino médio, a partir da leitura da história “Menina Bonita do Laço de Fita”, buscou-se resgatar entre eles a valorização da autoimagem da pessoa negra.

Durante algumas aulas realizou-se a leitura da história e a sua compreensão no contexto da valorização da diversidade. Ao tratar de forma pedagógica essa história, ficou claro que apesar de serem adolescentes, os alunos foram sensibilizados quanto a temática principal. Enquanto professor é preciso estar ciente de que o diálogo entre alunos resultam em excelentes oportunidades de produção de saberes dentro do espaço escolar. Ao apresentarem sua visão de mundo, representada por emoções e vivência em sociedade, mesmo se valendo do senso comum, acredita-se ser este o momento desenvolvedor de potenciais acontecimentos para desmistificar os preconceitos.

Quando realizadas essas rodas de conversa, surgiu entre os alunos a ideia de ampliar este momento, perguntaram se não poderiam encenar essa história para as crianças da educação infantil e ensino fundamental fase I. Tal ação foi uma grata surpresa, a partir deste dia começou-se a organizar os grupos para essa atividade.

Formou-se dois grupos, dez alunos cada, que se dedicaram a montar o cenário, confeccionar as vestimentas e materiais necessários para a apresentação. Vale mencionar que a sensibilização do grupo para trabalhar a história com as crianças está relacionada ao fato dos mesmos não terem em sua formação inicial a introdução da valorização da identidade negra, pois acredita-se que o trabalho para uma educação antirracista deve começar cedo. Na Educação Infantil, o primeiro desafio é o entendimento da identidade. A criança negra precisa se ver como negra aprender a respeitar a imagem que tem de si e ter modelos que confirmem essa expectativa. Por isso, ao trabalhar a literatura infantil, valorizando a identidade negra possibilitará um maior desenvolvimento em sua adolescência e na vida em geral.

O retorno dos alunos do ensino médio pela realização dessas atividades foram positivas, eles conseguiram voltar mais animados ainda com a recepção das crianças e como isso contribuiu para reflexão sobre os valores e a permanência da cultura do respeito à diversidade. O desenvolvimento deste projeto com os alunos demonstrou que é preciso, além do professor, incentivar os alunos a discutirem a questão racial, que a equipe multidisciplinar não se torne apenas um momento para se conseguir horas, como o estado possibilita, mas sim um momento de reflexão e de ações que de fato venham contribuir para a equidade.

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2003, 171).

Buscando trabalhar a valorização da identidade negra dentro deste espaço escolar também foi realizado um desfile para a escolha de representante do garoto e da garota Beleza Negra. Cada turma elegeu seus representantes, sendo que foi colocado a todos que além do fato de se autodeclarar negro (preto ou pardo), teria que ter características da população afrobrasileira.

De acordo com Gomes (2011, p.51) o processo de evidenciar “[...] a negritude por meio do corpo e da corporeidade começa a ser percebido socialmente como uma forma positiva de expressão da cultura e de afirmação da identidade”. Valorizar a estética negra é tornar os corpos negros visíveis, não como exótico, mas como ideia de representatividade, de protagonismo, de afirmação de sua identidade negra aonde estiver.

Fotografia 1 – Representantes da Beleza Negra 2018.



Fonte: Arquivo do autor.

Ao término dessas atividades, realizou-se mais um momento de reflexão com os alunos, questionando-os sobre como os mesmos perceberam a realização das ações durante o ano letivo de 2018 e as avaliações do grupo foram as melhores possíveis. Eles se sentiram mais valorizados, uma vez que estiveram na organização do evento, assim como ficou claro o fato de que suas visões sobre o padrão de beleza terem se alterado. Não tem justificativa um país tão diverso como o Brasil, manter por tantos anos um padrão hegemônico de beleza, e a produção deste desfile possibilitou a visualização desta diversidade pelos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição escolar reflete um espaço de tensões, sendo elas as mais variadas possíveis, a racial é uma delas. Frente a isso a construção da identidade negra positiva se torna um processo complexo e que não tem como ser realizada de forma solitária. A escola precisa assumir essas tensões de forma pedagógica, desconstruindo preconceitos, estereótipos, assim como a discriminação racial.

Nesse contexto que a lei nº 10.639/03 deve ser interpretada como uma ação afirmativa, respeitando a diversidade e rompendo com a invisibilidade e o silenciamento relacionado a história e cultura Afrobrasileira e Africana nas práticas escolares. Com as equipes multidisciplinares abre-se uma oportunidade para que alunos, professores e a comunidade questionem o racismo estrutural deste país e conscientizem de que as práticas de discriminação são condenáveis, sendo que pautem seus objetivos para a transformação social de uma visão positiva das relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A . e MOLL, J. (Orgs.). **Para além do fracasso escolar**. São Paulo: Papirus, 1997.

AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

Koan: Revista de Educação e Complexidade, n. 6, jun. 2018. ISSN: 2317-5656

CAVALLEIRO, E. (org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03.** Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39 – 62.

_____. **Educação e identidade negra.** Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Dezembro de 2001. Disponível em: In: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Movimento Negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra.** Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, n. 2, p. 37-60, 2011.

GUIMARÃES, A . S. A . **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola.** 3.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001, 202p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Equipe Multidisciplinar 2016. Currículo: reconhecimento e valorização étnico-racial. Departamento da diversidade – dedi/seed. Curitiba, 2018. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/equipe_multidisciplinar_texto_primeiro_encontro2018.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola.** São Paulo: Summus, 2001.

ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. brasileira In: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e Preconceito na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas.** São Paulo: Summus, 1998.

SILVA JUNIOR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas.** Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Maria Aparecida da. **Ações afirmativas para o povo negro no Brasil.** P.105. a 121 in SEYFERTH, Giralda. Et alli. Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis; ABONG, 2002.

Koan: Revista de Educação e Complexidade, n. 6, jun. 2018. ISSN: 2317-5656

Notas sobre a autora: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Professora de sociologia para o ensino médio na rede pública de ensino no município de São José das Palmeiras e Marechal Cândido Rondon, PR.